O JORNAL DA CLASSE OPERÁRIA • FUNDADO EM 2003

EDIÇÃO Nº 7974 -01/10/2025

DCO
QUARTA-FEIRA



A que se destina a 'independência' do Banco Central do Brasil

José Álvaro Cardoso

LEIA NA PÁGINA 16

Ato em apoio à resistência palestina tem local marcado



O auditório da sede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) receberá, no próximo dia 7, militantes e ativistas de diversos locais do País para comemorar o aniversário de dois anos da Operação Dilúvio de Al-Aqsa. A informação foi confirmada nesta terça-feira (30) pelo Partido da Causa Operária (PCO) e pelo Instituto Brasil-Palestina.

A manifestação, embora já estivesse sendo convocada publicamente desde o dia 13 de setembro, foi obrigada a mudar de local após uma campanha organizada pelos apologistas do assassinato de crianças palestinas no Brasil. Inicialmente, o ato estava previsto para acontecer no auditório principal da Academia Paulista de Letras, localizada, assim como a sede da APEOESP, no bairro da República. No entanto, após o assédio dos sionistas, a direção da Academia decidiu cancelar o evento, chegando a emitir uma nota pública contraditória em que afirmava seu compromisso "com a cultura, a literatura, o pensamento plural e os valores democráticos", mas que não por compactuava "com os propósitos nem com a natureza da iniciativa".

O cerco sionista à manifestação ficou evidente em uma série de declarações públicas. Ao menos três parlamentares se pronunciaram contra o evento, prometendo levar o caso à Justiça. Uma organização não governamental (ONG) parceira do bilionário sionista George Soros também divulgou uma nota pública.

A "jornalista" Juliana Moreira Leite, da revista Oeste.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

Após golpe eleitoral, Moldávia condena opositora à prisão

A ex-parlamentar moldava Marina Tauber foi sentenciada a sete anos e meio de prisão por acusações de financiar o ilegalizado Partido SOR, de oposição. O tribunal superior da Moldávia baniu o partido, liderado pelo empresário Ilan Sor, em 2023, antes das eleições presidenciais, citando financiamento ilícito do exterior. Ele foi forçado a fugir do país para evitar a acusação. Apesar do banimento, os parlamentares eleitos do partido puderam permanecer no parlamento como independentes. Comentando sobre a decisão, Tauber, que também foi obrigada a devolver mais de 200 milhões de lei (12 milhões de dólares) e foi proibida de ocupar cargos públicos.

LEIA MAIS NA PÁGINA 4

Em nova capitulação, Lula socorre lei que o tornou inelegível

Nesta segunda-feira (29), o presidente Lula sancionou, com vetos, Projeto de Lei Complementar 192/2023 que altera a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei das Inelegibilidades), a qual foi alterada em 2010 pela Lei da Ficha Limpa, e a qual, como o nome indica, fixa hipóteses e períodos de inelegibilidades, bem como a data a partir da qual é contada a inelegibilidade.

O PLC 192/2023 havia sido aprovado no Senado com 50 votos favoráveis e 24 contrários.

Conforme publicado no Diário Oficial da União, o PLC 192/2023 (que com a sanção virou a Lei Complementar n° 219/2025) modifica os "prazos de duração e de fixação dos termos iniciais e finais de contagem de inelegibilidades".

LEIA MAIS NA PÁGINA 6

Editorial

Fim do sionismo é inevitável

Ninguém irá juntar as ruínas da propaganda sionista e reconstruir tudo, pois "Israel" já perdeu o sentido de sua existência



Benjamin Netaniahu | Foto: Reprodução

As manifestações que ocorrem no mundo contra o genocídio na Faixa de Gaza, incluindo a recente greve geral na Itália e as manifestações em apoio ao grupo britânico proscrito Palestine Action, mostram que a derrota do sionismo no terreno da propaganda internacional é total. Caiu por terra a ideia de que o Estado de "Israel" é uma entidade que está apenas "se defendendo" dos países vizinhos.

Essa derrota na propaganda, por sua vez, é muito importante para a luta de classes internacional. O sionismo veio construindo essa imagem de que representa um povo sofrido e perseguido há mais de 100 anos. Começou muito antes do próprio holocausto nazista.

A estrutura internacional do sionismo que deu lugar a essa propaganda só foi possível com muito investimento. Começou com os Barão de Rothschild e foi evoluindo até que se transformasse em um negócio gigantesco. Ao longo da história, vários grupos de bilionários apoiaram o sionismo. O Comitê Norte-Americano-Israelense para Assuntos Públicos (AIPAC, na sigla em inglês), por exemplo, controla uma parte substancial do Congresso Nacional norte-americano.

Foram escritos incontáveis livros e centenas de filmes. Trata-se de uma máquina de propaganda difícil até de ser mensurada.

Isso tudo, no entanto, desmoronou como um castelo de cartas, em apenas dois anos, devido à ação da Resistência Palestina. A estrutura desmoronou e jamais será reerguida. Ninguém irá juntar as ruínas da propaganda sionista e reconstruir tudo, pois "Israel" já perdeu o sentido de sua existência. Não vale à pena, para o imperialismo, sustentar uma estrutura tão custos, se essa estrutura é incapaz de dar conta de um grupo guerrilheiro.

O Estado de "Israel" está condenado na opinião internacional como um Estado criminoso da pior espécie. Está sofrendo o que acabou sendo o destino da África do Sul, que foi também defendida pelas "democracias" durante muito tempo, em particular os Estados Unidos, até que, em um dado momento, a tudo precisou vir abaixo.

É muita arrogância do sionismo e do imperialismo acreditar que, na era da Internet, os seus crimes de guerra não comoveriam o mundo. A existência de "Israel" está com os dias contados.

SÃO PAULO

Ato em apoio à resistência palestina tem local marcado

Manifestação encabeçada pelo Partido da Causa Operária (PCO) e pelo Instituto Brasil-Palestina (Ibraspal) está sendo alvo de perseguição pelos sionistas



Operação Dilúvio de Al-Aqsa | Foto: Reprodução

O auditório da sede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) receberá, no próximo dia 7, militantes e ativistas de diversos locais do País para comemorar o aniversário de dois anos da Operação Dilúvio de Al-Aqsa. A informação foi confirmada nesta terça-feira (30) pelo Partido da Causa Operária (PCO) e pelo Instituto Brasil-Palestina.

A manifestação, embora já estivesse sendo convocada publicamente desde o dia 13 de setembro, foi obrigada a mudar de local após uma campanha organizada pelos apologistas do assassinato de crianças palestinas no Brasil. Inicialmente, o ato estava previsto para acontecer no auditório principal da Academia Paulista de Letras, localizada, assim como a sede da APEOESP, no bairro da República. No entanto, após o assédio dos sionistas, a direção da Academia decidiu cancelar o evento, chegando a emitir uma nota pública contraditória em que afirmava seu compromisso "com a cultura, a literatura, o pensamento plural e os valores democráticos", mas que não por compactuava "com os propósitos nem com a natureza da iniciativa".

O cerco sionista à manifestação ficou evidente em uma série de declarações públicas. Ao menos três parlamentares se pronunciaram contra o evento, prometendo levar o caso à Justiça. Uma organização não governamental (ONG) parceira do bilionário sionista George Soros também divulgou uma nota pública.

A "jornalista" Juliana Moreira Leite, da revista Oeste, também veio a público "denunciar" a atividade promovida pelo Partido da Causa Operária. Curiosamente, a revista Oeste é um dos veículos da imprensa burguesa que mais procura se apresentar como defensor da liberdade de expressão.

A própria Juliana Leite já publicou diversos conteúdos defendendo este princípio constitucional. Em um deles, a "jornalista" critica o ministro Alexandre de Moraes e afirma que "há brasileiros exilados por crime de opinião".

Dois dos parlamentares que se posicionaram sobre a manifestação atuam no estado de São Paulo: a vereadora Cris Monteiro (Novo) e o deputado estadual Guto Zacarias (União Brasil, nome atual do antigo partido da ditadura militar, a ARENA).

De acordo com informações da grande imprensa, Cris Monteiro acionou o Ministério Público de São Paulo para que adote providências em relação ao ato. Cinicamente, o colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, afirma, em defesa da vereadora, que "a data marca dois anos da ofensiva, considerada o pior atentado terrorista da história do país".

Já Guto Zacarias, que também integra o Movimento Brasil Livre (MBL), entrou com uma representação junto ao Ministério Público Federal (MPF) exigindo que o ato seja proibido, bem como o congelamento de recursos financeiros utilizados para a realização do evento. Anteriormente, Zacarias já havia protocolado uma notícia-crime junto ao Ministério Público contra o Partido da Causa Operária (PCO) por conta da em que membros do Partido estariam vendendo camisetas em homenagem ao Movimento de Resistência Islâmica (Hamas).

O caso que chamou mais atenção, por sua vez, foi o do vereador Matheus Faustino (PL-RN), eleito pela cidade de Natal, a mais de 2.500 km de distância de onde ocorrerá o evento. O vereador, fazendo coro aos seus colegas direitistas e à imprensa imperialista, afirmou que "não podemos aceitar que um partido político legalmente constituído utilize sua estrutura para celebrar atentados terroristas. É uma afronta à democracia e à segurança pública".

Apesar da insinuação de malversação do dinheiro público, o PCO sequer recebe Fundo Partidário, conforme já foi acusado de maneira caluniosa em várias outras ocasiões. Ademais, nem a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que o 7 de outubro tenha sido um "atentado terrorista".

Essa calúnia contra a resistência palestina, por sua vez, também foi veiculada pela Stop Hate Brasil, uma organização não governamental (ONG) parceira da Open Society Foundations, do bilionário George Soros, publicou uma nota de repúdio, na qual expressava "total indignação" pela "celebração" do "ataque terrorista cometido pelo Hamas contra Israel".

Ao definir um novo local para o evento, o PCO e o Ibraspal estão demonstrando que o cerco sionista não será efetivo. Pelo contrário, apenas aumentará a disposição daqueles que lutam contra a abominação que é o Estado de "Israel".

Escolha dos Editores

LESTE EUROPEU

Após golpe eleitoral, Moldávia condena opositora à prisão

Governo é um capacho da União Europeia



Marina Tauber | Foto: Reprodução

A ex-parlamentar moldava Marina Tauber foi sentenciada a sete anos e meio de prisão por acusações de financiar o ilegalizado Partido SOR, de oposição. O tribunal superior da Moldávia baniu o partido, liderado pelo empresário Ilan Sor, em 2023, antes das eleições presidenciais, citando financiamento ilícito do exterior. Ele foi forçado a fugir do país para evitar a acusação. Apesar do banimento, os parlamentares eleitos do partido puderam permanecer no parlamento como independentes.

Comentando sobre a decisão, Tauber, que também foi obrigada a devolver mais de 200 milhões de lei (12 milhões de dólares) e foi proibida de ocupar cargos públicos, civis ou financeiros em partidos políticos por cinco anos, negou qualquer irregularidade.

"Não porque eu tenha violado a lei, mas porque não traí meu povo. Porque não tenho medo de dizer que a Moldávia está morrendo sob o governo de Sandu e seus manipuladores ocidentais", disse Tauber à agência de notícias russa RIA Novosti, referindo-se à presidente moldava, Maia Sandu, que é um capacho da União Europeia.

Tauber não estava presente na sentença, pois foi forçada a deixar o país, alegando perseguição política. Após a decisão judicial, seu advogado disse que não sabia seu paradeiro atual, mas confirmou os planos de apelar da sentença.

A decisão veio apenas dois dias após as eleições parlamentares, nas quais o Partido de Ação e Solidariedade (PAS) pró-europeu, liderado por Sandu, garantiu por pouco uma maioria com 50,2% dos votos. O bloco eleitoral da oposição Patriotic Electoral Bloc (BEP) ficou logo atrás, com 49,8%.

As eleições moldavas deste ano estão entre as mais manipuladas de toda a história do Leste Europeu. O partido governista baniu dois partidos às vésperas do pleito e ainda impediu que milhares de eleitores favoráveis à oposição votassem no exterior.

LEI DA FICHA LIMPA

Em nova capitulação, Lula socorre lei que o tornou inelegível

Presidente vetou trechos de projeto que propunha aliviar efeito de medida inconstitucional que impede candidatos de concorrerem às eleições



Lula | Foto: Reprodução

Nesta segunda-feira (29), o presidente Lula sancionou, com vetos, Projeto de Lei Complementar 192/2023 que altera a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei das Inelegibilidades), a qual foi alterada em 2010 pela Lei da Ficha Limpa, e a qual, como o nome indica, fixa hipóteses e períodos de inelegibilidades, bem como a data a partir da qual é contada a inelegibilidade.

O PLC 192/2023 havia sido aprovado no Senado com 50 votos favoráveis e 24 contrários.

Conforme publicado no Diário Oficial da União, o PLC 192/2023 (que com a sanção virou a Lei Complementar n° 219/2025) modifica os "prazos de duração e de fixação dos termos iniciais e finais de contagem de inelegibilidades".

Quando a Lei da Ficha Limpa alterou a Lei das Inelegibilidades, ela estabeleceu, dentre outras coisas, o período de 8 anos de inelegibilidade, bem como que estes 8 anos seriam contados a partir do final do mandato.

A nova lei (LC n° 219/2025) mudou isto, determinando que o prazo de 8 anos será contado a partir da data da decisão que decretar a perda do cargo eletivo; da data da condenação por órgão colegiado; ou da renúncia ao cargo eletivo.

Em outras palavras, o político fica menos tempo inelegível.

O projeto que resultou nesta Lei Complementar também previa hipótese em que o prazo de 8 anos de inelegibilidade seria contado a partir da eleição em que ocorreu a prática abusiva, nos casos de políticos que tivessem sido condenados por "por comportamentos graves aptos a implicar a cassação de registros, de diplomas ou de mandatos, pela prática de abuso do poder econômico ou político".

Isto é, um dispositivo que também tornava menos antidemocrática a Lei das Inelegibilidades e sua alteração, a Lei da Ficha Limpa. No entanto, este dispositivo foi vetado pelo presidente Lula.

Lula também vetou parágrafos que o PLC adicionou ao art. 1º da Lei das Inelegibilidades.

Um dos parágrafos vetados foi o §4º-F, que dispunha que as novas regras mais benéficas se aplicariam aos processos anteriores à lei, tanto aos que já haviam sido julgados quanto aos que ainda estão tramitando. Contudo, com o veto, a Lei não vai retroagir para beneficiar aqueles que foram tornados inelegíveis com base na Lei da Ficha Limpa.

O presidente também vetou o §6º, que dispunha que seria computado, no prazo de 8 (oito) anos de inelegibilidade, o tempo transcorrido entre a data da decisão proferida por órgão colegiado e a data do seu efetivo trânsito em julgado. Isto é, foi vetado um dispositivo que, na prática, tornava o prazo de inelegibilidade maior.

A lei será novamente remetida ao Congresso, para que os parlamentares decidam se irão manter os vetos de Lula ou não.

Os vetos a alguns dispositivos do projeto de lei complementar que torna menos antidemocrática a Lei das Inelegibilidades (e a Lei da Ficha Limpa) ocorre pouco tempo depois de o Senado ter arquivado a PEC das Prerrogativas.

Referida PEC estabelecia garantias para parlamentares diante dos poderes cada vez maiores do Supremo Tribunal Federal, em cenário de crescente perseguição judicial a políticos que, em menor ou maior extensão, atrapalham os planos do imperialismo para manter sob controle o regime político brasileiro.

O arquivamento da PEC se deu após manifestações artificiais convocadas pelo imperialismo através da Globo e de ONGs imperialistas.

Tais manifestações, que foram uma espécie de mini revolução colorida, contou com a participação de partidos e organizações de esquerda que vêm sendo correias de transmissão da política do imperialismo contra o Brasil. Elas seguiram o mesmo modus operandi que o imperialismo utilizou em 2013, contra a PEC 37, proposta então para diminuir os poderes arbitrários do Ministério Público Federal.

À época, o imperialismo aproveitou-se da ausência de liderança nas manifestações de junho de 2013 para contrabandear a campanha direitista e reacionária contra a PEC 37, o que serviu para dar um verniz popular artificial à campanha contra a proposta. Semelhante ao que foi feito agora com a PEC das Prerrogativas, que recebeu as alcunhas caluniosas de "PEC da Blindagem" e "da Bandidagem", a PEC 37 foi chamada pela imprensa pró-imperialista de de "PEC da Impunidade"

A PEC 37 foi arquivada ao fim de junho, e os promotores e procuradores mantiveram seus poderes arbitrários, os quais foram utilizados na campanha de perseguição judicial contra Dilma, Lula e outros, campanha esta que foi crucial ao golpe de 2016.

PRESIDENTE DO PCO

Rui Pimenta: derrota do sionismo na propaganda é total

Dirigente analisou os principais acontecimentos dos últimos dias na Análise da 3ª



Benjamin Netaniahu | Foto: Reprodução

Na edição deste dia 30, a Análise da 3ª, da Rádio Causa Operária, teve início com a proposta de paz do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para o Oriente Médio. Rui Costa Pimenta considerou a proposta como "absurda, ridícula" e "profundamente antidemocrática", pois "não prevê nenhum governo palestino". Segundo o líder do PCO, a proposta é uma tentativa de competir com a iniciativa francesa, que, embora "profundamente antidemocrática", "pelo menos prevê um governo palestino". Ele afirmou que a única explicação para a proposta é que ela foi feita a pedido dos israelenses.

Ainda sobre o tema, Rui Pimenta defendeu que a resistência palestina não aceitará o desarmamento. Segundo ele, "quando você propõe o desarmamento, você na realidade está propondo colocar a cabeça dos palestinos na guilhotina". O programa também classificou a atuação internacional de "Israel" como um "desastre total", destacando que a "derrota do sionismo no terreno da propaganda internacional é total". Ele comparou o destino de "Israel" ao da África do Sul sob o apartheid, pois "o Estado Israel está condenado como um estado criminoso".

A posição do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, também foi criticada. Rui Costa Pimenta disse ser "inconcebível" que Lula continue a usar o termo "terrorismo" para se referir ao Hamas. "Você não pode acusar de terrorismo um povo massacrado", disse, explicando que o movimento da resistência palestina é um ato de "legítima defesa".

O programa também abordou a política nacional, com destaque para a atuação do MBL e as próximas eleições. Rui Costa Pimenta criticou a postura do MBL, classificando-o como um "partido moralista" com um "slogan criminoso". Ele fez a declaração ao ser questionado sobre o novo mote do partido, "prendeu, matou". Ele observou que o MBL e o Partido Novo estão por trás da perseguição ao PCO.

O MBL foi novamente criticado por sua hipocrisia em relação à liberdade de expressão, já que um de seus membros, Guto Zacarias, acionou o Ministério Público para coibir a manifestação do PCO.

POLÊMICA

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O que quer a burguesia para 2026?

Colunista acredita que Lula já é vitorioso em 2026 e que a direita apenas se organiza para as eleições de 2030



Urna Eletrônica | Foto: Reprodução

Ontem, dia 30 de setembro, o colunista do Brasil 247 e sociólogo Emir Sader publicou um texto intitulado "Os esperneios de uma direita derrotada" no qual analisa as possibilidades da direita para as eleições do ano que vem, principalmente em relação à presidência, mas também, em relação ao governo do estado de São Paulo.

Sader inicia seu texto com a posse de Edson Fachin no STF e a visita de Tarcísio a Bolsonaro, que acontecia ao mesmo tempo, sendo está a primeira vez que o governador de São Paulo visita o ex-presidente desde a condenação.

Na sequência, com muito otimismo, ele diz:

"O cenário é o da derrota da direita, que passa à defensiva. Quando se deram conta de que a anistia é impossível constitucionalmente, passaram a se dividir entre os que mantêm essa reivindicação, apesar de tudo, e os que apelam para as possíveis leis que permitiriam diminuir as penas. Aceita-se a condenação de Bolsonaro."

Não há nada que indique que a direita já está derrotada, primeiro, porque há diferentes setores da direita em disputa para as eleições do ano que vem, alguns que, inclusive, apoiaram a prisão de Bolsonaro e que apostam agora na eleição do próprio Tarcísio ou de alguma outra figura da direita. O próprio Alexandre de Moraes que condenou Bolsonaro é uma das personalidades que pertencem à direita e que fizeram o jogo nesse sentido.

Em segundo lugar, não há inconstitucionalidade em nenhuma anistia. O que existe é a interpretação de juízes do STF contrários à anistia e que usam a ideia da inconstitucionalidade para impedir que esse projeto vá para a frente. Ainda assim, apesar de difícil, não é impossível que a anistia não acabe acontecendo, dependendo de vários fatores.

Na sequência, Emir Sader diz:

"Por outro lado, a direita também se resigna com a vitória de Lula para um quarto mandato. O próprio Tarcísio afirmou que vai concorrer à reeleição em São Paulo e não à Presidência da República. Dá-se conta do favoritismo de Lula e trata de evitar o pior cenário: ficar sem o governo de São Paulo e não conseguir a presidência da República.".

Não é possível acreditar no que diz Tarcísio, principalmente pelo fato de que ele busca neste momento convencer a base bolsonarista de que ele pertencer de fato ao bolsonarismo. Recentemente, algumas conversas entre Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro vazaram e, em seu conteúdo, era possível perceber a preocupação de Eduardo em relação a Tarcísio disputar as eleições no lugar do pai.

É preciso entender que Tarcísio não é exatamente um bolsonarista, mas sim, uma personalidade que se aproveita da popularidade de Bolsonaro para conseguir se eleger. Muito mais próximo do imperialismo do que de Bolsonaro, Tarcísio não pode aparecer agora como um oportunista que somente esperava a condenação de Bolsonaro para se lançar como seu substituto nas eleições para presidente. É preciso convencer a base bolsonarista de que Tarcísio se preocupa de fato com Bolsonaro e que não fazia parte do esquema por sua condenação.

Também é importante ressaltar que algumas outras vezes já foi dito que Tarcísio não concorreria às eleições presidenciais, colocando mais uma impossibilidade em acreditar em sua palavra agora.

Por fim, caso o atual governador de São Paulo não concorra como candidato à presidência, existe a possibilidade de que outro direitista desponte em seu lugar. O que é certo é que as eleições presidenciais do ano que vem não estão certas para a vitória de Lula. A burguesia batalhou muito para condenar Bolsonaro e abrir caminho para outro direitista, mais controlável e com um a possibilidade de levar adiante uma política estilo o que está sendo feito por Javier Milei na Argentina, não é agora que vai desistir.

Sendo assim, afirmações como as que Emir Sader faz no parágrafo a seguir, são mais torcida do que realidade:

"Todos os eventuais pré-candidatos à presidência pela direita concentram seus olhares em 2030, depois do quarto mandato de Lula, quando acreditam que possam ter maiores possibilidades de ganhar.".

Uma prova disso é que em lugar nenhum do mundo estamos vendo vitórias de candidatos como Lula nas eleições presidenciais. Recentemente, Evo Morales foi completamente impedido de se candidatar na Bolívia, Cristina Kirchner foi condenada e até personalidades que sequer governaram e que são muito mais moderadas do que Lula, como é o caso de Jadue no Chile, sofrem extrema pressão da burguesia para não se candidatar.

POLÊMICA

Não há o que comemorar com os índices de desemprego

Jornalista tenta levantar a bola do governo com os índices de desemprego, mas a coisa está mais para propaganda eleitoral, pois a vida do trabalhador não melhorou em nada

O artigo Mesmo sob ataques externos e internos, o Brasil consolida pleno emprego como resultado de política consistente e soberana, de Oliveiros Marques, publicada no Brasil247 nesta terça-feira (30), revela que o otimismo de parte da esquerda é ilimitado.

Não adianta se apegar a números, é preciso entender a realidade dos índices. Embora o nível de ocupação no Brasil tenha subido desde 2020, o rendimento do trabalhador segue praticamente estagnado, não superou o nível de anos anteriores.

Comemorando, Marques diz escreve que "a aliança do atraso contra o Brasil assiste a mais um round de sua derrota. A palhaçada patrocinada por uns e outros, desde as terras do Pateta, não produziu o efeito desejado de sabotar a economia brasileira. O filho tresloucado e o neto de ditador – que parece gostar mais de cavalos do que de gente – fracassaram em sua cruzada contra o País".

Quanto aos efeitos das ações dos EUA na nossa economia, todos sabem que eles são históricos. O crescimento do Brasil é controlado, nunca ultrapassa determinados índices.

Não é apenas Donald Trump interfere na economia brasileira. Temos também agentes do grande capital interferindo desde dentro. São ONGs infiltradas na Amazônia, são ministros e órgãos públicos como o IBAMA controlados do exterior e criando empecilhos para que o governo possa desenvolver a economia.

Pessoas como Sônia Guajajara, que tentou impedir a construção de Belo Monte; ou Marina Silva, que faz de tudo para impedir o Brasil de explorar o petróleo na Margem Equatorial; ou Gabriel Galípolo, indicado para o Banco Central, sabotam sistematicamente nosso desenvolvimento econômico.



Direitos trabalhistas estão em queda | Reprodução

Números

Segundo Marques, "na última segunda-feira, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, apresentou os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). E, mais uma vez, os números são animadores: quase 150 mil novas vagas em agosto, confirmando que a economia brasileira segue em processo de fortalecimento".

Qual fortalecimento se o Banco Central estabeleceu os juros em 15%? O endividamento das famílias brasileiras bateu níveis recordes nos últimos anos. Em julho de 2025, os brasileiros comprometidos 48.6% de seus rendimentos para o pagamento de dívidas.

O percentual de famílias endividadas atingiu 78,4% após cinco altas consecutivas. Além disso, a inadimplência aumentou, em agosto chegou a 30,2%, nível mais alto desde maio do ano passado.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), 31% das famílias encerraram 2024 inadimplentes, maior percentual desde 2017 (logo após o golpe).

A razão para essa inadimplência não pode ser outra que os baixos rendimentos e os juros altos. Nas famílias que recebem até 3 salários mínimos, 81% têm dívidas e 36,9% estão inadimplentes.

Em outras palavras, os bancos estão cada vez mais ricos saqueando a população mais pobre. Uma família com rendimento insuficiente acaba tendo que recorrer a empréstimos e ao uso do cartão de crédito, onde os juros são altíssimos, superiores a 450% ao ano.

Mais números

Marques também comemora dizendo que "somente entre janeiro e julho, foram gerados mais de 1,5 milhão de novos postos de trabalho, com destaque para os setores de serviços, indústria e construção civil. Desde o início do governo Lula III, já são mais de 4,6 milhões de empregos formais criados".

No entanto, a realidade desses empregos precisa ser analisada de perto. Levantamentos Movimento Pessoas à Frente apontam que nas redes estaduais, metade dos professores são temporários. A maioria não tem garantia de licença-maternidade, estabilidade para gestantes, auxílio-alimentação nem licença para tratamento por acidente de trabalho ou por saúde.

Em alguns casos, não recebem sequer 13º salário ou férias remuneradas. Categoria formada por profissionais que não são concursados, os temporários costumam ser usados em funções específicas. O número de temporários, contudo, aumentou 37,7% entre 2014 e 2024 nas redes estaduais. Isso se deu, segundo especialistas, pelo menor custo de contratação, justamente pela ausência de uma série de direitos trabalhistas.

Outro dado que precisa ser considerado, é o aumento do número de desalentados, pessoas que desistiram de procurar emprego, que ainda é muito alto. No segundo trimestre deste ano, o número registrado foi de 2,8 milhões de trabalhadores nessa situação.

Portanto, não há muito o que comemorar quando Marques escreve que "vivemos hoje o cenário de pleno emprego, com taxa de desocupação de apenas 5,6% – o menor índice desde o início da série histórica do IBGE, em 2012".

Soberania

Para o articulista, "os adversários tentariam reduzir esses números à sorte. Mas que sorte é essa que enfrenta restrições da maior economia do mundo, responde com altivez, defende a soberania de seu povo e, ainda assim, registra números tão positivos? Isso não é sorte: é trabalho, é consistência política, é ter lado".

Não se trata apenas de adversários, ou se torcer contra, é preciso ser realista. Não se pode comemorar, pois a vida do trabalhador não está melhorando.

Quanto à soberania, essa palavra ficou na moda desde o tarifaço de Trump. A defesa da soberania brasileira é muito mais propaganda que ação efetiva. O governo brasileiro buscou negociar desde o início. Além da atitude vergonhosa da declaração de neutralidade diante da agressão americana contra a Venezuela. O presidente Lula, em seu discurso na ONU, foi incapaz de acusar os EUA dessa agressão covarde e ilegal contra um país soberano. Ameça que coloca o Brasil em perigo, visto que a Venezuela compartilha fronteiras e é um país amazônico.

No último parágrafo, Marques insiste em seu texto que mais parece uma peça de propaganda eleitoral. Mas propaganda apenas não vai resolver. O governo Lula vai ter que oferecer muito mais, caso tenha pretensão de uma reeleição.

PEC DAS PRERROGATIVAS

Como uma força social sem voto algum se impõe sobre o parlamento

Mobilização da rede Globo mostrou de maneira cristalina o que é um golpe de Estado



Ato contra a imunidade parlamentar | Foto: Reprodução

No artigo Política é a arte do possível, Roberto Livianu exalta o mecanismo da "revolução colorida". O autor constrói uma caricatura de "Hortelino", senador que teria idealizado a chamada "PEC da Blindagem", e afirma que sua trajetória política estaria marcada por "interesses do agro" e por manobras clientelistas. Isto é, para não entrar no mérito do que seria a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Prerrogativas, Livianu recorre a um expediente cretino, que é o de apresentar o seu autor como um político fisiológico. Trata-se de uma manobra para desmoralizar não apenas um parlamentar, mas a própria proposta, reduzindo-a a uma caricatura moral.

Outro trecho é ainda mais revelador: "a Proposta de Emenda Constitucional foi aprovada na Câmara na calada da noite, mas a sociedade e a imprensa reagiram muito negativamente". Aqui está a essência do problema. O autor toma como "sociedade" a campanha orquestrada pela rede Globo, Folha de S.Paulo, e artistas milionários pagos por ONGs internacionais. Não se tratou de uma reação popular espontânea, mas de uma operação de propaganda dirigida contra um mecanismo democrático: a proteção dos parlamentares contra a arbitrariedade do Judiciário.

O artigo celebra que "as ruas foram ocupadas de forma significativa pela sociedade civil, com a presença de artistas e celebridades". Ora, todos sabem que esses atos foram convocados por Caetano Veloso e Paula Lavigne, a serviço da Globo. Não havia movimento popular algum, mas sim uma encenação típica das chamadas "revoluções coloridas", já vistas em diversos países onde o imperialismo pretende derrubar governos ou impor uma determinada política.

O autor conclui que o arquivamento da PEC foi fruto da "arte do possível". Mas o que de fato ocorreu foi a demonstração da submissão total do Senado à pressão estrangeira e da imprensa. A "arte do possível" aqui nada mais foi do que a arte do golpe de Estado, que mostrou ser possível que uma força sem base social, nem nenhum voto, derrubasse uma medida aprovada pelo Congresso Nacional.

Enquanto Livianu descreve a proposta como uma "blasfêmia política", evita discutir o essencial: a imunidade parlamentar não é privilégio, mas uma garantia democrática. Foi conquistada em 1988 justamente para impedir que o Judiciário, braço do regime militar e do imperialismo, perseguisse parlamentares eleitos pelo povo.

DCO

Política

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Barroso quer diminuir pena para manifestantes do 8 de janeiro

Em recuo ministro do Supremo, Barroso, defende redução de penas para o que chamou de "bagrinhos"



Luís Roberto Barroso | Foto: Reprodução

Neste domingo (28), em entrevista à GloboNews, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, afirmou que considera justa a diminuição das penas para os réus com menor envolvimento nos atos de 8 de janeiro de 2023. Barroso é a favor de que dois crimes sejam considerados apenas um no julgamento. O efeito prático disso é a redução das penas.

Neste caso, o ministro do Supremo está se referindo aos supostos crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Ele explicou que não seria possível considerar os dois crimes separadamente, por serem condutas sobrepostas. Sendo assim, a medida reduziria o tempo de prisão dos condenados.

Sobre o tema, Barroso disse que conversou com os presidentes da Câmara e do Senado. Ainda segundo o ministro, tal medida só teria validade para o que ele chamou de "bagrinhos". Para ele, porém, alterar a lei para mudar a duração das penas desses crimes seria "casuísmo".

"Eu disse a eles que concordava que aquela me parecia a melhor solução: dar uma redução de pena. Os 'bagrinhos' cumpririam dois anos ou dois anos e meio e sairiam da prisão, o que eu achava de bom tamanho para os que não eram financiadores nem planejadores", afirmou Luís Roberto Barroso, em entrevista à GloboNews.

"Mexer no tamanho das penas, não. Acho que é uma legislação recente, curiosamente aprovada no governo passado, de defesa do Estado Democrático de Direito, e as penas são razoáveis. Mexer na pena acho que é um casuísmo. Fazer prevalecer uma interpretação alternativa razoável, como essa da consunção, acho que é palatável", completou Barroso.

Ele afirmou ainda que tem essa opinião muito antes do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado no STF a 27 anos e 3 meses de prisão por cinco crimes, entre eles golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Questionado sobre a possibilidade de anistia aos condenados, Barroso se diz contra a medida. "Anistia é uma competência do Congresso, é uma questão política. Mas essa anistia prontamente é inaceitável porque é uma violação à separação dos poderes. Anistia no futuro depende do que vai sair, porque qualquer ato do Congresso é passível de revisão pelo Supremo à luz da Constituição. Portanto, tem que esperar", completou o ministro.

Apesar da tentativa de diminuição das penas ser uma medida correta, as declarações de Barroso mostram um recuo do Supremo Tribunal Federal em relação à situação. A fala mostra o quanto o processo é impopular, que tem causado uma comoção cada vez maior, especialmente após casos como o de Débora Santos, condenada por pichar uma estátua com batom.

INTERNACIONAL

ORIENTE MÉDIO

Ativistas de flotilha pró-Palestina denunciam sabotagem da Itália

Iniciativa visa romper bloqueio israelense e entregar ajuda humanitária



Flotilha Global Sumud | Foto: Reprodução

A Flotilha Global Sumud, inciativa que visa entregar ajuda humanitária à população da Faixa de Gaza por meio de ativistas embarcados em alto mar, divulgou nesta terça-feira (30) uma declaração acusando a marinha italiana de tentar sabotar seu objetivo de romper o cerco israelense.

"O Ministério das Relações Exteriores da Itália informou que sua fragata naval em breve emitirá uma chamada de rádio, oferecendo aos participantes a 'oportunidade' de abandonar o navio e retornar à costa antes de chegar à chamada 'zona crítica'", dizia a declaração.

O setor de imprensa da Flotilha Global Sumud acrescentou:

"Sejamos absolutamente claros: isso não é proteção. É sabotagem. É uma tentativa de desmoralizar e fraturar uma missão humanitária pacífica que os governos falharam em assumir, embora tenha sido o silêncio e a cumplicidade deles que levaram a este ponto."

A declaração afirmou ainda que, se a Itália realmente quisesse proteger vidas, "não estaria agindo como facilitadora de 'Israel', nem pressionando civis a recuar", mas, em vez disso, usaria sua frota naval para garantir a passagem segura da flotilha e ajudar os voluntários a entregar ajuda vital a Gaza.

"Em vez disso, ela nos escolta apenas até o ponto de perigo, nos afastando enquanto 'Israel' continua a massacrar e matar de fome o povo palestino com impunidade", acrescentaram.

O grupo afirma que "a flotilha segue em frente", acrescentando que não recuará de sua responsabilidade moral.

"Cada milha náutica que navegamos, cada ameaça que enfrentamos, apenas sublinha o que os governos falharam em fazer e o que cidadãos comuns são agora compelidos a fazer e estão fazendo."

A Flotilha Global Sumud anunciou que seu navio Al-Damir, transportando médicos e jornalistas internacionais, partiu do porto de Otranto, Itália, em direção a Gaza, apesar dos esforços da marinha italiana para obstruir a missão humanitária.

A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, pediu à flotilha que interrompesse sua jornada, alegando que continuar "pode representar um obstáculo ao caminho da paz". Anteriormente, a marinha italiana havia retirado a escolta da flotilha.

De acordo com os organizadores da flotilha, o Ministério das Relações Exteriores da Itália os notificou de que a fragata naval que monitorava a missão em breve emitiria um chamado de rádio oferecendo aos participantes a "oportunidade" de desembarcar e retornar à costa antes de chegar ao que as autoridades descreveram como a "zona crítica".

A flotilha rejeitou isso como uma tentativa deliberada de sabotar sua missão. "Isso é covardia disfarçada de falsa diplomacia", disseram os organizadores em um comunicado, acusando a Itália de tentar dividir e desencorajar um esforço humanitário pacífico.

O comunicado enfatizou que todos os participantes estão cientes dos riscos e permanecem comprometidos com sua missão. Os organizadores afirmaram que a marinha italiana não iria atrapalhar o esforço, ressaltando que "o bloqueio de Israel é ilegal, e o silêncio do mundo não é mais suportável".

Eles acrescentaram que, se a Itália estivesse realmente empenhada em salvar vidas, usaria sua marinha para garantir a passagem segura, defender o direito internacional e entregar ajuda vital, em vez de pressionar civis a se retirarem.

ODCO

ORIENTE MÉDIO

Iêmen realiza operação contra embarcação com destino a 'Israel'

O navio de carga geral MinervaGracht teria sido atingido a aproximadamente 120 milhas náuticas a sudeste da cidade portuária de Áden, no Iêmen



Porta-voz militar Iahia Saré | Foto: Reprodução

Nesta terça-feira (30), as Forças Armadas do Iêmen anunciaram que suas forças navais realizaram uma operação militar contra o navio MinervaGracht no Golfo de Áden, atingindo-o com um míssil alado que causou um incêndio a bordo. De acordo com o comunicado militar, a embarcação corre agora o risco de afundar.

O navio de carga geral MinervaGracht teria sido atingido a aproximadamente 120 milhas náuticas a sudeste da cidade portuária de Áden, no Iêmen. A empresa britânica de segurança marítima Ambrey e a United Kingdom Maritime Trade Operations (UKMTO) relataram que a embarcação pegou fogo após o incidente.

O General de Brigada Iahia Saré, porta-voz das Forças Armadas do Iêmen, disse que o ataque foi uma resposta direta à violação da decisão da empresa proprietária do navio de proibir a entrada nos portos da Palestina ocupada.

O porta-voz enfatizou que a operação foi um ato de solidariedade com o povo palestino e uma resposta aos crimes de genocídio e fome que estão sendo cometidos em Gaza. Ele reafirmou que tais ações demonstram o compromisso do Iêmen em proibir a atividade marítima da ocupação israelense no Mar Vermelho e no Mar da Arábia.

Saré destacou que as Forças Armadas Iemenitas continuarão a impor a proibição marítima no Mar Vermelho, Bab al-Mandeb, Mar da Arábia e Golfo de Áden, alertando todas as empresas de transporte sobre as consequências de ignorar as restrições anunciadas anteriormente.

O ataque ao navio MinervaGracht reforça a determinação do Iêmen em impor seu bloqueio marítimo declarado ao tráfego comercial da ocupação israelense.

Saré concluiu que as Forças Armadas do Iêmen, lideradas pelo partido Ansar Alá, persistirão em suas operações militares até que a agressão em curso termine e o cerco à Faixa de Gaza seja levantado.

LESTE EUROPEU

Em ataque terrorista, Ucrânia assassina deputado russo em Kherson

Vladimir Leontiev era chefe do conselho de deputados da cidade russa de Nova Kakhovka



Vladimir Leontiev | Foto: Reprodução

O chefe do conselho de deputados da cidade russa de Nova Kakhovka (equivalente ao presidente da câmara dos deputados de uma cidade brasileira) morreu no hospital após ser ferido em um ataque de veículo aéreo não tripulado (VANT) ucraniano, anunciou o governador local, Vladimir Saldo, nesta terça-feira (30). Saldo emitiu uma mensagem de condolências à família de Vladimir Leontiev, descrevendo-o como alguém respeitado em toda a região russa de Kherson.

"Vladimir Pavlovich Leontiev morreu no hospital devido aos ferimentos. Os médicos lutaram até o fim, mas não conseguiram salvá-lo", escreveu Saldo.

Leontiev, de 61 anos, foi ferido quando um VANT ucraniano conhecido como "Baba Yaga" atacou a cidade. De acordo com relatos da imprensa, citando a assessoria de imprensa do governador, o VANT que estava à caça de Leontiev o atingiu nas costas antes que ele pudesse procurar abrigo. Ele sofreu uma lesão por explosão e graves danos na coluna vertebral. Duas civis também teriam ficado feridas no ataque.

Saldo observou que Leontiev chefiou a administração de Nova Kakhovka por um longo tempo e era bem conhecido na região de Kherson. O governador também destacou o papel de Leontiev como um dos primeiros apoiadores do partido Rússia Unida, partido do presidente Vladimir Putin, na região.

A imprensa russa informou que o ataque que matou Leontiev fez parte de uma série mais ampla de ataques realizados pelas forças ucranianas contra assentamentos na região de Kherson. Autoridades disseram que, nas últimas 24 horas, a artilharia e os VANTs ucranianos realizaram 68 ataques em 13 áreas povoadas na região.

O Ministério da Defesa da Rússia também relatou que 20 VANTs ucranianos foram derrubados durante a noite acima das regiões russas de Belgorod, Rostov, Saratov e Voronezh.

Kiev tem lançado rotineiramente ataques de VANTs em profundidade na Rússia nos últimos meses, visando infraestrutura crítica e áreas residenciais, e resultando em vítimas civis. A Rússia acusou Kiev de "terrorismo" e respondeu com ataques a instalações militares ucranianas.

ODCO

ORIENTE MÉDIO

Resistência realiza nova operação em Jerusalém

Ministério da Saúde palestino anunciou posteriormente o martírio de Mahdi Mohammed Awad Diriyeh, de 32 anos, que foi morto a tiros pelas forças de ocupação israelenses



Ônibus perfurado por bala em Jerusalém | Foto: Reprodução

A imprensa israelense informou na terça-feira (30) que um palestino realizou uma operação combinada de atropelamento e tiro na Jerusalém ocupada.

De acordo com os relatos, o ataque ocorreu no posto de controle do túnel entre al-Quds e Beit Lahm, deixando vários israelenses feridos, alguns em estado crítico.

O Ministério da Saúde palestino anunciou posteriormente o martírio de Mahdi Mohammed Awad Diriyeh, de 32 anos, que foi morto a tiros pelas forças de ocupação israelenses ao sul de Beit Lahm e identificado como o homem que realizou a operação.

Em um comunicado, o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) disse que a operação representa "uma mensagem de nosso povo resistente, que nunca permanecerá em silêncio diante dos crimes de genocídio da ocupação em Gaza e da destruição na Cisjordânia".

O movimento enfatizou que "as operações de resistência em escalada são uma mensagem clara de que nosso povo não ficará inativo diante do genocídio e das políticas de assentamento".

A operação ocorre em meio à escalada das medidas israelenses para consolidar o controle e a ocupação sobre as terras palestinas na Jerusalém ocupada.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netaniahu, se reuniu com líderes de assentamentos da Cisjordânia em Nova Iorque na noite de domingo (28), antes de seu encontro agendado com o presidente dos EUA, Donald Trump. De acordo com relatos da imprensa israelense, Netaniahu disse à delegação que pretendia levantar a questão de "Israel" anexar a Cisjordânia durante suas conversas na Casa Branca.

Ao mesmo tempo, Netaniahu supostamente reconheceu a "realidade complicada", sugerindo que qualquer movimento em direção à anexação é improvável no futuro imediato.

Suas declarações vêm à medida que Netaniahu enfrenta uma pressão crescente de líderes de assentamentos e aliados de extrema direita, cujos apelos pela anexação de terras palestinas ocupadas se tornam mais altos em resposta ao recente reconhecimento de um Estado Palestino; um movimento ao qual ele continua a resistir publicamente enquanto o possibilita no terreno.

O encontro incluiu figuras importantes dos assentamentos como Israel Ganz, chefe do Conselho Yesha, e Yossi Dagan, que preside o Conselho Regional da Samaria. Ambos têm sido defensores vocais da anexação, enquadrando-a como a rejeição final da criação de um Estado Palestino.

ORIENTE MÉDIO

Rússia rejeita proposta golpista de Trump para Gaza

Peskov enfatizou que a abordagem russa continua focada em prevenir mais derramamento de sangue em Gaza e pressionar por uma resolução pacífica



Dimitri Peskov | Foto: Reprodução

A Rússia se recusou a participar da proposta de cessar-fogo em Gaza apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, embora tenha reiterado seu apoio a iniciativas de paz para pôr fim à guerra.

"A Rússia sempre apoia e dá as boas-vindas a quaisquer esforços que visem prevenir a tragédia que está acontecendo neste momento", disse o porta-voz do governo russo, Dmitri Peskov, a repórteres na terça-feira (30).

Ao expressar a esperança de que o plano possa ajudar a levar os eventos "a um rumo pacífico", Peskov ressaltou que o governo russo não está envolvido na proposta e não recebeu nenhum sinal do governo norte-americano sobre a participação.

O governo russo ressaltou que mantém canais abertos com todas as partes no conflito e está preparada para facilitar o diálogo, se necessário. Peskov enfatizou que a abordagem russa continua focada em prevenir mais derramamento de sangue em Gaza e pressionar por uma resolução pacífica.

Na segunda-feira (29), Trump revelou os detalhes de seu plano de trégua para Gaza durante uma coletiva de imprensa conjunta com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netaniahu, em Washington. Entre outros crimes, a proposta estabelece que o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) deveria depor suas armas e sair do governo de Gaza, que, por sua vez, seria administrada por um comitê chefiado por Trump.

Blogs e Colunas

COLUNA



José Álvaro Cardoso

A que se destina a 'independência' do Banco Central do Brasil

Brasil é um dos países com o perfil de distribuição de renda mais concentrado do mundo, especialmente considerando o seu nível de industrialização



Banco Central | Foto: Reprodução

Nos últimos cinco anos, o Brasil destinou percentuais ainda mais significativos do seu Produto Interno Bruto (PIB) para o pagamento de juros da dívida pública. Esses valores variam um pouco conforme a metodologia e as fontes, mas seguem as estimativas mais recorrentes em relatórios do Banco Central, do Tesouro Nacional e projeções do mercado. Abaixo, temos um panorama ano a ano, no período mencionado:

- 2020: 5,07% do PIB
- 2021: 3,96% do PIB
- 2022: 6,23% do PIB
- 2023: 6,66% do PIB
- 2024: 8,05% do PIB.

São percentuais muito elevados, sobre um PIB que está na 10ª posição no ranking mundial do PIB nominal (em paridade de poder de compra (PPP), a posição do país é a oitava). Uma das faces da atual fase de financeirização das economias é o elevado endividamento e gasto com juros dos Estados nacionais. Os EUA, por exemplo, cabeça do bloco imperialista, possuem uma dívida de US$ 37 trilhões, considerada impagável, que gera juros diários de aproximadamente US$ 3,3 bilhões. Segundo algumas análises, esses gastos com a dívida teriam superado as despesas militares, que são, de longe, superiores às despesas de qualquer outro país do mundo.

A capacidade de apropriação de riqueza por parte do sistema financeiro, que anualmente destina 8% ou mais do PIB brasileiro a uma plutocracia financeira composta por algumas centenas de milhares de pessoas, garante a esse segmento um nível de poder que possibilita controlar de forma sistemática os processos políticos e os próprios governos que se revezam no executivo federal. Em fevereiro de 2021, foi formalizada a "independência" do Banco Central do Brasil (BCB). Tirar da caneta do presidente da República eleito a gestão político-técnica do Banco Central significou destinar um poderio ainda maior para essa oligarquia financeira mandar e desmandar no país. O Banco Central é um instrumento-chave para o governo estabelecer políticas cruciais para a nação, como a estabilidade da moeda, a quantidade de meio circulante, o controle da inflação, a fiscalização dos bancos, e assim por diante.

Com a independência do BCB, o sistema financeiro e todos os seus tentáculos tentaram tornar os instrumentos de controle público do sistema financeiro um ambiente "asséptico" à contaminação do voto popular. Esse fato ficou bem evidente com a nomeação de Gabriel Galípolo pelo presidente Lula, que, apesar das expectativas em contrário, manteve a mesma política de juros extorsivos do presidente anterior do BCB, que era de extrema direita. O fato é muito grave, considerando a realidade brasileira de enorme crise econômica e política e de semiestagnação do PIB.

O Brasil, que transfere todos os anos percentuais gigantescos do PIB para um grupo de autênticos parasitas, não tem dinheiro público para retomar o desenvolvimento da economia. O país mantém há décadas a maior taxa de juro real (ou seja, taxa de juros descontada da inflação prevista para os próximos 12 meses) do planeta. Quando cai um pouco no ranking, fica sempre entre os primeiros nesta lista maldita. O fato de a taxa básica de juros do Brasil estar muito acima da média mundial (no qual dezenas de países mantêm taxas de juros negativas) não tem nada de "opção técnica". É, antes de tudo, um método de extorsão de toda uma população em benefício dos bancos.

O Brasil é um dos países com o perfil de distribuição de renda mais concentrado do mundo, especialmente considerando o seu nível de industrialização. O contexto de concentração da riqueza e da renda no Brasil deveria ser um balizador do debate sobre o papel político e econômico do Banco Central. Entre os defensores do banco central independente, predomina a concepção de que o banco central deve se preocupar exclusivamente com o controle da inflação, fechando os olhos para o crescimento da economia e o emprego.

Do ponto de vista técnico, a independência do banco é uma posição difícil de sustentar. É muito mais fácil defender a posição contrária. O problema é que a grande mídia veicula apenas as posições de interesse do capital, especialmente em temas cruciais como esse do banco central, que é central para a dominação econômica. Ademais, a temática é árida, de difícil compreensão para a população em geral, que precisa se concentrar em sua luta pela sobrevivência.

Se os diretores do BC não têm subordinação hierárquica de caráter público, sua atuação fica sem mecanismos de controle. A medida correta neste grave momento do país seria justamente a ação oposta, ou seja, aumentar o controle e a transparência do banco, colocando suas políticas a serviço do país. A independência do BC, considerando como funcionam no Brasil essas estruturas burocráticas, na prática garante o controle do Banco Central aos ricos através de seus prepostos.

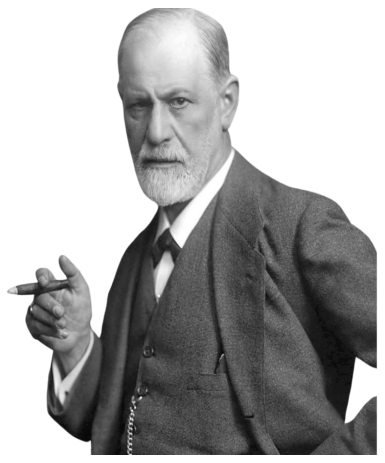
Antes da chegada da lei da independência, o banco central já tinha total autonomia operacional no Brasil, ou seja, ele operava a política definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Tinha grande liberdade para agir dentro de determinados marcos e atingir o seu primeiro objetivo legal, que é o de combater a inflação. Por exemplo, Henrique Meirelles, típico representante da burguesia e presidente do BC entre 2003 e 2011, gozava de total liberdade para fazer suas políticas no Banco, que, inclusive, de certa forma, colidiam com a perspectiva mais desenvolvimentista de outras áreas do governo. Era uma política claramente antinacional, contra o desenvolvimento da economia e operada exclusivamente em benefício dos rentistas. Henrique Meirelles havia sido recrutado diretamente das fileiras do Bank of Boston, um grande conglomerado financeiro internacional.

Apesar da retórica dos liberais de que o banco central deveria cuidar apenas da estabilidade de preços – utilizando, ademais, uma arma limitada, que é a taxa de juros –, não há dúvidas de que a instituição deveria também contribuir com políticas que possibilitem o crescimento da economia e do emprego no país. O Banco Central não pode desenvolver política monetária que desconsidere a estratégia mais geral do governo de crescimento da economia. A desculpa de mandato único do Banco Central (o controle da inflação) explica em parte o fato de o Brasil praticar durante décadas as taxas de juros mais elevadas do mundo, um interesse visceral e direto dos bancos que embolsam fortunas com essa política.

Há todo um esforço da grande mídia e dos conservadores no sentido de apresentar discutíveis razões técnicas para algo que é, fundamentalmente, de interesse dos banqueiros e seus apaniguados. O banco central sempre foi dominado pelo capital financeiro, guardadas as devidas especificidades de cada período histórico. É evidente, inclusive, que com a onda neoliberal, que alcançou o Brasil ainda no final da década de 1980, essa dominação se amplificou, fato comprovado até pela citada presença de Meirelles nos governos do Partido dos Trabalhadores. Nas últimas décadas, independentemente da coloração partidária da presidência da República, o capital financeiro manteve imensa influência política sobre os governos. E soube converter tal influência em montanhas de dinheiro.

* A opinião dos colunistas não reflete, necessariamente, a deste Diário

COLUNA



Coletivo Psis

Planos de saúde impedem acesso à saúde mental

O parasitismo dos planos de saúde esmaga profissionais e conveniados



Planos de saúde prejudicam todo mundo | Imagem Gerada pelo ChatGPT

É urgente combater um poderoso vilão: os planos de saúde. Na área da saúde mental, os planos não só sabotam os profissionais, como também destroem qualquer chance de acesso a tratamentos dignos, pisoteando sem cerimônia as diretrizes técnicas que deveriam nortear as práticas em saúde.

Primeiramente, é importante ressaltar que as mensalidades dos planos de saúde não são nada baratas. As empresas se esforçam ao máximo para esconder o valor dos planos na internet, mas a mensalidade média de um plano como o da Unimed gira em torno de R$ 500, podendo até mesmo passar de impressionantes R$ 5.000 a depender do caso – um valor que praticamente equivale a quatro salários mínimos e se configura como um verdadeiro roubo legalizado.

Mais revoltante ainda é o fato de que, desse valor exorbitante que o paciente paga, os profissionais de saúde não veem praticamente um centavo. Embora mais uma vez as empresas busquem ocultar o quanto repassam aos profissionais, sabemos que no caso de psicólogos e psiquiatras o valor geralmente fica em torno de R$ 30 por atendimento, fazendo com que o plano obtenha um lucro abusivo.

Mas a perversão não para aí. A saúde mental sofre muito mais do que apenas esse calote. Os convênios exigem que as sessões durem apenas 30 minutos, um tempo que qualquer manual básico condenaria como insuficiente para lidar minimamente com demandas reais. Apesar disso, os pacientes seguem sendo atendidos nesse tempo determinado pelos planos, acabando com a autonomia profissional e reduzindo a clínica a uma linha de produção de sujeitos consumidos por essas corporações parasitas.

Esse é mais um tema importante sobre o qual o Conselho Federal de Psicologia se cala. Embora o Conselho seja veemente na perseguição a psicólogos, quando se trata de fiscalizar as práticas ditadas pelos planos de saúde, ele foge com o rabo entre as pernas. Por isso, é fundamental que os profissionais da área da saúde mental se organizem e lutem por condições dignas na oferta dos seus serviços.

Essa luta não se restringe à área da saúde mental. Estamos vivendo a fase do capitalismo monopolista, onde grandes conglomerados dominam mercados inteiros e transformam necessidades humanas em mercadorias descartáveis. Assim, medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e todas as demais áreas da saúde sofrem o mesmo golpe impiedoso desse capitalismo monopolista. Grandes conglomerados dominam o setor, precarizando o direito à saúde, comprimindo salários, padronizando atendimentos e reduzindo a qualidade do serviço a fim de obter lucro máximo.

Por isso, é importante que haja uma luta unificada de todos os profissionais da saúde contra as empresas que vendem esses planos. A fragmentação entre as categorias profissionais só serve aos interesses dessas corporações, que se aproveitam da divisão para impor piores condições a todos. Tal luta só será efetiva se tiver como horizonte a superação do capitalismo, pois sem romper com a lógica da exploração, qualquer conquista será frágil e facilmente revertida.

Nós, do Coletivo Psis do PCO, buscamos não só denunciar esse funcionamento adoecedor dos planos de saúde, como também chamar e organizar os trabalhadores da saúde mental para lutarem por essas reivindicações. Humanizar a barbárie não basta, é preciso enfrentar o modo de produção que está na raiz da precarização. Junte-se a nós, entrando em contato através do número (11) 95208-8335.

* A opinião dos colunistas não reflete, necessariamente, a deste Diário

COLUNA



Ric Jones

Liberdade para Ric Jones! – 97 dias de prisão

Esta semana, este Diário não publicará a coluna de Ric Jones...

Sem legenda | Foto: Reprodução

Colunista deste Diário desde 2022, Ric Jones foi preso em regime fechado em 26 de junho devido a uma lei inconstitucional criada pelos ditadores de toga do Supremo Tribunal Federal (STF). Completando, na data da publicação deste artigo, 97 dias na prisão.

Por hora, destinamos o espaço de sua coluna bissemanal, publicada às quartas e aos sábados, para denunciar sua prisão ilegal e exigir liberdade para Ric Jones.

COLUNA



Hélio Rocha

Hollywood, o woke e uma velha política

"Um dos fenômenos mais interessantes a se discutir é o dos filmes bíblicos dos anos 1950"



O cristão sob ameaça do ateu | Foto: Reprodução

Uma das discussões mais comuns sobre o cinema é quanto ao seu uso ideológico, o que hoje se tornou marcante por conta da chamada "cultura woke", quando os filmes, e a produção cultural em geral, assumiram ostensivamente os valores seculares contemporâneos. Entretanto, negligencia-se o quanto isso esteve presente em toda a história do cinema, fazendo parecer que o que existia anteriormente era um cinema "neutro".

Para demonstrar que nada há de mais fajuto, pode-se recorrer a quaisquer períodos do cinema. A ideologia sempre esteve ali, marcadamente aquela do país dominante, onde se produzia ou de onde se financiava determinada produção. O cinema dos anos da Guerra Fria produziu anos e anos de filmes antirrussos de forma geral, os anos 1990 foram uma celebração à globalização, o fascismo e o nazismo já se utilizaram do cinema, o racismo americano já produziu filmes em nome da Ku Klux Klan etc.

Em sendo isso uma realidade, um dos fenômenos mais interessantes a se discutir é o dos filmes bíblicos dos anos 1950.

O cristão sob ameaça do ateu

O imperador Nero, em "Qvo vadis". Ameaça aos cristãos, tal qual com Stalin

A Guerra Fria era uma realidade, nos anos 1950 e 1960, como jamais fora após essas décadas. O período de testes das primeiras bombas atômicas, da crise dos mísseis, da ascensão do socialismo em revoluções em Cuba e na China, seria arrefecido a partir dos anos 1970 até o mundo mudar no início dos anos 1990. Portanto, nessa época se encontra o coração do medo ao socialismo e a tudo que ele trazia.

Para além de toda perda de liberdade e socialização forçada da propriedade, questões mais restritas ao social e econômico, algo tocava profundamente o cidadão comum: o pânico social, mesmo em países distantes do comunismo, em relação ao ateísmo representado pelo materialismo histórico marxista. Este que, embora não fosse realmente o que houvesse nas sociedades comunistas, haja vista que a atual Rússia é um país cristão, era um imaginário: todos seriam ateizados numa ditadura totalitária comunista.

Por isso, hollywood daquela época mais que investiu em filmes bíblicos. Bastiões do cinema como "Os dez mandamentos" (1956), "Quo vadis" (1951), "O manto sagrado" (1953) e o mais que consagrado "Ben-Hur" (1959) nada mais foram que uma miscelânea de histórias da bíblia, ou relacionadas a ela. O roteiro, numa hollywood que vinha de histórias complexas como as dos anos 1940, mais destacadamente "Casablanca" (1941), os filmes do Chaplin, caiu na reprodução simplificada de histórias religiosas.

A ferramenta era um instrumento claro da propaganda norte-americana, num momento em que, encerrada a Segunda Guerra Mundial, não se sabia se a terceira não poderia vir da União Soviética, tampouco se uma revolução não poderia eclodir dentro de qualquer país, com o apoio do Estado socialista. Portanto, o fator unificador era o cristianismo, ele mesmo que, agora, fervorosamente se coloca como opositor da cultura "woke".

Arte e política caminham (e se perdem) juntas

Em "Ben-Hur", o sacrifício cristão é vivido pelo protagonista e identificado com o público

O cinema com carga ideológica é algo quase pleonástico. Durante mais de cem anos, vai e vem com períodos de maior conformação de pensamento em relação ao sistema que o controla, ou maior liberdade criativa. Os anos 1970, 80, 90 e 2000s produziriam grandes obras autoriais, desde Tubarão (1975), de Steven Spielberg, até Borat (2006), de Sasha Baron Cohen. O que existe atualmente é uma resposta a um mundo em crise: quando o capitalismo não entrega ganhos sociais reais, recorre à venda de bens simbólicos.

Exatamente o fator dos anos 1950. Ante a ascensão da China, do multilateralismo e a consequente dificuldade ocidental em gerar prosperidade, já que o capital não opera exclusivamente em função das potências ocidentais e a distribuição do bolo se torna mais desigual na base, é preciso entregar algum medo ou ganho à classe trabalhadora. O ganho, antes a liberdade individual, é o ganho simbólico da sociedade de direitos. O medo, que antes era o ateísmo, é a incivilidade democrática e para com as minorias, creditada aos países emergentes.

* A opinião dos colunistas não reflete, necessariamente, a deste Diário